



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 06/09/2016

# Nos presídios, sistema de saúde está agonizando

## Conselho Regional de Psicologia pediu interdição do Hospital de Custódia

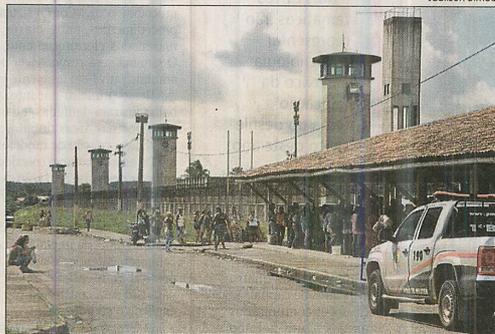
Andréa Vaz  
DA EQUIPE JIC

A fragilidade e o descalço dentro dos presídios sergipanos estão entre as preocupações do Conselho Regional de Psicologia, a Pastoral Carcerária do Estado e o Sindicato dos Agentes Penitenciários de Sergipe (Sindpen). E não é para menos. A realidade do sistema prisional é crítica e se agrava a cada dia. No sábado passado, um detento de 27 anos foi encontrado morto dentro do presídio de São Cristóvão. Colegas de cela afirmam que Orlando da Silva de Oliveira estava doente com tuberculose. O Samu não confirmou a doença e há a suspeita de estrangulamento, mas só o laudo do IML irá confirmar a causa da morte.

A situação chama a atenção para a falta de equipe médica dentro da unidade e a quantidade de detentos doentes no maior presídio do Estado de Sergipe, o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan). Hoje há 50 detentos com tuberculose junto com os outros presos, segundo o presidente do Sindpen, Luciano Nery. "A enfermagem não suporta. Afinal, o Copemcan foi construído para suportar 800 presos e não 2.800 como tem hoje", diz o sindicalista. Para ele, o maior problema tem relação com a superlotação.

Coordenador da Pastoral Carcerária de Sergipe, Carlos Antônio de Magalhães, mais conhecido como "Magal", critica a precariedade do acesso à saúde no sistema prisional. "Se não me engano, em Sergipe não há médico para atender os detentos nos presídios. Quando precisam de atendimento são levados aos postos de saúde e ao Hospital de Urgência de Sergipe (Huse)", diz Magal, que garante que a situação dentro das unidades penitenciárias do Estado é de insalubridade. "É chocante entrar num espaço cheio de mofo, superlotado e com muitas doenças", critica Magal.

As informações foram contestadas pelo coordenador geral de Saúde da Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc), Thiago Rodrigues. Segundo ele, são 16 detentos com tuberculose em tratamento dentro do Copemcan e o preso encontrado morto não fazia parte dos diagnosticados com a doença. Ainda de acordo com ele, a Secretaria de Justiça, na tentativa de promover ações de proteção e prevenção de saúde, até que seja implementado o que prevê a Portaria Interministerial Nº 01, de 2 de janeiro de 2014 (que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - Pnaisp - no âmbito do Sistema Único de Saúde) vem buscando



Jadilson Simões

**COMPLEXO** penal de São Cristóvão tem 50 detentos com tuberculose, segundo Sindpen. Direção contesta e afirma que são apenas 16

parcerias junto à Secretaria de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e MP. Como fruto de uma das reuniões junto ao MP com os entes citados, foi assinado um TAC em que o Município de São Cristóvão executará no interior do Copemcan ações de promoção e proteção de saúde e prevenção de agravos, a exemplo de vacinação, dispensação de medicamentos, controle e tratamento de enfermidades como tuberculose, hanseníase, DST, Aids etc. Diante disso, é disponibilizado um médico que atende três turnos por semana na referida unidade.

Thiago reconhece que esse número não atende a demanda. Ele ressalta que muitos custodiados já apresentam agravos antes de serem integrados ao sistema prisional, das mais variadas doenças. No caso de tuberculose, o Sistema Prisional possui 36 casos em tratamento, sendo 16 no Copemcan, cinco no Copmajaf, quatro no Preslen (em Nossa Senhora da Glória), dois em Socorro e nove no Premabas (Tobias Barreto). "Quando são identificados casos sintomáticos da tuberculose, os internos são isolados e é realizado o exame de baciloscopia. Sendo positivo, é iniciado o tratamento. Quinze dias após o início do tratamento o interno não transmite mais o bacilo. Os internos que apresentam algum tipo de agravo são direcionados à enfermagem da unidade", ressalta, acrescentando que em alguns casos os internos são encaminhados ao Huse.

### Hospital de Custódia

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (Manicômio Judiciário de Sergipe) não se caracteriza como um ambiente hospitalar dedicado ao cuidado terapêutico dos internos, mas se apresenta como mais uma instituição prisional. Pelo menos foi o que ficou constatado em uma inspeção realizada pelo Conselho Regional de Psicologia no dia 29 de abril do ano passado. "Trata-se de um lugar completamente descaracterizado como serviço destinado ao cuidado em saúde

mental, destoando das diretrizes assumidas pela reforma psiquiátrica no país: prédio completamente fechado, exceto em uma pequena parte do muro lateral, derrubado há aproximadamente dois anos, sem a devida restauração; celas com muitas grades, nenhum espaço de convivência, prática de esportes ou para a realização de oficinas terapêuticas. Importante também ressaltar a frágil vinculação do manicômio à rede de atenção à saúde mental, implicando no não acompanhamento regular dos usuários pelo Caps, restringindo as possibilidades de um tratamento mais especializado e, desvinculando-se de um processo educacional de reconstrução da cidadania dos internos", atesta o psicólogo e psicoterapeuta Ericksoniano Alan Santana Santos, da equipe de inspeção do Conselho Regional de Psicologia de Sergipe.

Outro aspecto apontado pela comissão de inspeção trata-se da total ausência de formação em saúde mental das pessoas que atuam no Hospital de Custódia de Sergipe, à exceção dos profissionais cuja formação acadêmica já contempla tal área. Alan explica que, na sua constituição formal, o Hospital de Custódia deve desempenhar um duplo papel, de um lado o trabalho de reintegração social dos indivíduos que infringiram a lei, em menor ou maior gravidade; de outro, o tratamento psicológico/psiquiátrico dos seus internos, quem, em tese, são portadores de algum tipo de transtorno mental. A situação é tão caótica que o Conselho Regional de Psicologia de Sergipe solicitou este ano a interdição do Hospital de Custódia, mas até agora nenhuma medida foi tomada.

O psicólogo chama a atenção ainda para o fato de que os hospitais de custódia não devem se descuidar da perspectiva de reintegração social, em lugares predominantemente de assistência em saúde mental, nos quais o aspecto terapêutico (clínico/hospitalar) deve prevalecer sobre o de presídio, de modo que os seus

internos sejam percebidos como usuários de um serviço de saúde mental, em substituição ao tratamento dispensado aos presidiários.

Para o Conselho Regional de Psicologia, a vinculação do Hospital de Custódia à Secretaria de Estado da Justiça dificulta a implementação de um cuidado dos internos diferenciado do prisional, tendo em vista que o olhar da Secretaria, e dos seus servidores, predominantemente, foca-se na possível periculosidade destas pessoas, em detrimento da problemática da saúde e, em especial, do transtorno mental.

### Secretário Sejuc

O secretário Antônio Hora Filho, da Secretaria de Estado da Justiça, disse ao JORNAL DA CIDADE que o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), não só em Sergipe mas em todo o Brasil, está passando por um momento de transformação. "Hoje, apenas quatro Estados transformaram o HCTP em rede de atendimento clínico e hospitalar. Aqui há uma comissão elaborando um projeto para transformar o nosso HCTP em clínica de atendimento. Mas é importante lembrar que recebi cadeia, não recebi hospital nem clínica. As entidades querem que os presos deixem de estar na condição de presos e passem a ser pacientes", informa Hora. De acordo com ele, há hoje 84 custodiados no HCTP de Sergipe, que foi construído para comportar 77 internos.

Em Sergipe, além do Conselho Regional de Psicologia, a inspeção no HCTP contou com a colaboração do Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Medicina, Coordenação da Atenção Psicossocial da Secretaria de Estado da Saúde, Ministério Público do Estado de Sergipe, Defensoria Pública do Estado de Sergipe e Coordenação Local do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Participaram ainda representantes das Comissões de Direitos Humanos e de Políticas Públicas do CRP 19/SE.